

Balanço - Jerson Kelman

Aneel, em 2008, intensifica debate sobre meio ambiente, consolida segundo ciclo de revisão tarifária e conclui aperfeiçoamento de regulações

Fábio Couto
Rio de Janeiro

O ano de 2008 foi positivo para a Agência Nacional de Energia Elétrica diante de todos os acontecimentos que tiveram relação com a reguladora - como a crise dos preços do mercado de curto prazo, em janeiro, e os leilões de Jirau, de energia de reserva e de instalações de conexões compartilhadas, além da licitação de linhas de transmissão que conectarão o complexo hidrelétrico do Rio Madeira e o Sistema Isolado ao restante do Sistema Interligado Nacional.

Em 2008, a Aneel deu prosseguimento ao segundo ciclo de revisões tarifárias e finalizou o aperfeiçoamento de processos de outorgas de pequenas centrais hidrelétricas. Na avaliação do diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, o ano que termina tem saldo positivo em função da redução de tarifas ocorrida em diversas distribuidoras, devido a mudanças na metodologia da revisão tarifária e à queda no dólar nos últimos anos - refletindo nas tarifas de Itaipu. Apesar da redução do nível dos reservatórios em janeiro e do custo de R\$ 1,7 bilhão para os consumidores por conta da geração térmica ocorrida por mais de quatro meses, segundo Kelman.

"É claro que não é para comemorar, mas por outro lado, não há ameaça de falta de energia, o que preocupava a todos nos últimos anos", salienta. Além desse tema, Kelman esteve à frente de um debate sobre questões ambientais, manifestando preocupação com os impasses que acabam refletindo nas faturas de energia dos consumidores do país. "A nossa vocação ainda é hidrelétrica e bioeletricidade, devemos apostar nessas duas fontes, renováveis e competitivas", destaca o diretor-geral.

O entrave na implantação de plantas hidrelétricas, observou, resultou neste ano, no aumento do volume de energia térmica, em especial a óleo combustível e diesel. Com base nos leilões de energia nova realizados nos últimos anos, aponta, óleo combustível e diesel ofertarão 1.204 MW em 2009, mas chegando a 8.661 MW em 2013. "Se a usina hidrelétrica não é feita, ou não tem energia ou ela será produzida por outra fonte, mais cara ou mais poluente ou ainda com ambos os casos", afirma.

Para ele, o ideal é que o processo de licenciamento ambiental fosse modificado de modo que toda a cascata onde existem aproveitamentos hídricos possam ser licenciados na íntegra. A preocupação resultou em meados deste ano numa reunião entre a própria Aneel, a Empresa de Pesquisa Energética, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a

Agência Nacional de Águas, além do Ministério de Minas e Energia, para tentar antecipar o processo de licenciamento para a fase de inventário - quando se analisa o rio na íntegra.

Com isso, a medida evitaria que a Aneel aprove, nos próximos anos, projetos de hidrelétricas em bacias navegáveis sem projetos declusas, por exemplo. "A localização das usinas deveria ser feita levando em consideração não apenas os aspectos energéticos, mas também aspectos de navegação", avalia. Aliás, Kelman está enfrentando ação de improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público Federal, pelo fato de ter recomendado a concessão da licença parcial de instalação, para o canteiro de obras.

No que se refere à questão tarifária, Kelman salienta que boa parte do esforço em se adotar uma metodologia está sobre apenas 30% da conta final de energia. Isso porque a Aneel não tem como atuar em outros pontos da tarifa, como tributos e encargos - sobre os quais a agência não tem ingerência - e na compra de energia, feita em leilões regulados, dentro de um processo competitivo, que funciona bem. Ainda de acordo com ele, aperfeiçoamentos do segundo ciclo não tiveram a intenção de mudar completamente a metodologia. O plano era criar uma metodologia simples e reproduzível, destacou.

No que se refere à regulação da outorga de PCHs, Kelman avalia que a decisão é um avanço muito grande em relação à situação anterior, com as novas regras. Para ele, as diretrizes aprovadas recentemente "tem o dom de eliminar aventureiros que só queriam guardar um lugar na fila para vendê-lo, depois, em vez de construir uma PCH". Além disso, a nova regulamentação agiliza e simplifica o processo decisório da Aneel, reduzindo a fila para análise de projetos, gerada pelo alto interesse de empreendedores pela fonte alternativa e pela carência de recursos humanos da agência.

Kelman deixa o cargo de diretor-geral da Aneel no próximo dia 13 de janeiro. Em sua gestão, entre 2005 e 2008, a Aneel teve 17.608 atos publicados - entre os quais cerca de 13,6 mil despachos e quase 2.650 resoluções, 254 reuniões públicas de diretoria, 180 audiências públicas, 66 consultas públicas e 74 audiências no Congresso Nacional e em assembleias legislativas.

Além disso, nesse período, a Aneel participou dos leilões que viabilizarão 121 novas usinas, entre UHEs, PCHs e térmicas, que totalizam 23,6 mil MW de potência instalada e R\$ 53,4 bilhões em investimentos. Na transmissão, segundo ele, foram licitados 18.860 quilômetros de linhas, que somam R\$ 16,8 bilhões em investimentos e receita anual permitida total das empresas vencedoras no valor de R\$ 1,73 bilhão.

COUTO, F. Balanço - Jerson Kelman - Aneel, em 2008, intensifica debate sobre meio ambiente, consolida segundo ciclo de revisão tarifária e conclui aperfeiçoamento de regulações. ESPECIAL Canal Energia 2008/2009, 24/12/2008.